

HUMANAS E SOCIAIS

V.8 • N.3 • 2020 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2020v8n3p207-220



## AGROECOLOGIA E ECOFEMINISMOS: INTERFACES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGROECOLOGY AND ECOFEMINISMS: INTERFACES FOR  
SUSTAINABLE DEVELOPMENT

AGROECOLOGÍA Y ECOFEMINISMOS: INTERFACES PARA EL  
DESARROLLO SOSTENIBLE

Renata Rocha Gadelha<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca trabalhar a importância do diálogo entre a agroecologia e os ecofeminismos para a promoção, tanto da teoria como da prática, do desenvolvimento sustentável, que seja capaz de superar a lógica de dominação imposta no modelo de desenvolvimento atual. Realizamos um levantamento de pesquisas efetivadas com os temas sobre: ecofeminismos, mulheres e agroecologia. As teorias ecofeministas buscam compreender a relação de dupla dominação que ocorre interligada em nossas sociedades: a dominação sobre a natureza e sobre as mulheres. A pesquisa bibliográfica nos informa que, historicamente, as mulheres desenvolveram percepções e habilidades mais ecológicas do que os homens. Essas percepções e habilidades teriam sido preservadas nas mulheres camponesas. Todavia, a bibliografia também nos revela que a cultura que permitiu a conservação desses saberes nas mulheres, é uma cultura enraizada no patriarcado, em relações de opressão e autoritarismo. Sendo assim, mesmo que as mulheres tenham esses saberes, elas sofrem diversas restrições como, por exemplo: falta de assistência técnica, crédito, posse da terra, sobrecarga de trabalho, impossibilidade de participar do planejamento produtivo das unidades familiares etc. Tendo isso em vista, para que possamos promover o desenvolvimento sustentável é imprescindível que compreendamos a realidade das mulheres do campo, para que elas possam participar de forma efetiva na construção de sociedades mais sustentáveis.

### PALAVRAS-CHAVE

Mulheres. Gênero. Participação.

## ABSTRACT

This article tries to work on the importance of the dialogue between agroecology and ecofeminisms for the promotion, both theory and practice, of sustainable development, capable of overcoming the logic of domination imposed in the current development model. We carried out a survey of research with the themes on: ecofeminism, women and agroecology. Ecofeminist theories seek to understand the relationship of dual domination that occurs interconnected in our societies: domination over nature and over women. Literature research informs us that, historically, women have developed perceptions and skills that are more environmentally friendly than men. These perceptions and abilities would have been preserved in peasant women. However, the bibliography also reveals to us that the same culture that allowed the conservation of these knowledge in women is a culture rooted in patriarchy, in relations of oppression and authoritarianism. Thus, even if women have this knowledge, they suffer from various restrictions, such as: lack of technical assistance, credit, land tenure, work overload, impossibility of participating in productive planning of family units, etc. With this in mind, in order to promote sustainable development, it is essential that we understand the reality of the rural women, so that they can participate effectively in building more sustainable societies.

## KEYWORDS

Women. Gender. Participation.

## RESUMEN

Este artículo busca trabajar la importancia del diálogo entre la agroecología y los ecofeminismos para la promoción, tanto de la teoría y de la práctica, del desarrollo sostenible, que sea capaz de superar la lógica de dominación impuesta en el modelo de desarrollo actual. Realizamos un levantamiento de investigaciones realizadas con los temas sobre: ecofeminismos, mujeres y agroecología. Las teorías ecofeministas buscan comprender la relación de doble dominación que ocurre interconectada en nuestras sociedades: la dominación sobre la naturaleza y sobre las mujeres. La investigación bibliográfica nos informa que, históricamente, las mujeres desarrollaron percepciones y habilidades más ecológicas que los hombres. Estas percepciones y habilidades habrían sido preservadas en las mujeres campesinas. Sin embargo, la bibliografía también nos revela que, la misma cultura que permitió la conservación de esos saberes en las mujeres, es una cultura enraizada en el patriarcado, en relaciones de opresión y autoritarismo. Siendo así, aunque las mujeres tengan esos saberes, sufren diversas restricciones como, por ejemplo: falta de asistencia técnica, crédito, posesión de la tierra, sobrecarga de trabajo, imposibilidad de participar en la planificación productiva de las unidades familiares, etc.

Teniendo esto en vista, para que podamos promover el desarrollo sostenible es imprescindible que comprendamos la realidad de las mujeres del campo, para que las mismas puedan participar de forma efectiva en la construcción de sociedades más sostenibles.

## PALABRAS-CLAVE

Mujeres. Género. Participación.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, que o concebe como sendo sinônimo de crescimento econômico, tem gerado diversos problemas sociais e ambientais (FURTADO, 2000; VEIGA, 2006). No âmbito rural, este modelo favorece o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa, gerando além de devastações ambientais e problemas na saúde humana, compromete a soberania e a segurança alimentar da nação, sendo que o agronegócio está baseado na produção de monoculturas em larga escala de *commodities* para exportação com uso abusivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos (ABRASCO, 2015). Além disso, o agronegócio mantém e aumenta a concentração fundiária, assim como, a da renda e a diminuição de oferta de trabalho no campo, com isso, intensifica as desigualdades sociais, o subdesenvolvimento e a pobreza (CAMPOS, 2011).

Como resposta aos problemas ambientais gerados por esse modelo surge, na década de 1980, o termo sustentável que procuraria manter o mesmo padrão de crescimento econômico dos países desenvolvidos, mas buscando alternativas tecnológicas para não acabar com a oferta dos recursos naturais do planeta. Essa visão foi definida como ecotecnocrática, pois não rompe com a racionalidade instrumental, busca resolver os problemas por meio da mesma lógica que os engendrou, assim como, não reflete sobre os problemas sociais gerados por este modelo e que precisam ser resolvidos (MOREIRA; CARMO, 2004; CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

A alternativa que surge, para responder a esses problemas e criticar a visão enganosa da resposta ecotecnocrática, é a Agroecologia. A agroecologia pode ser definida tanto como um novo enfoque científico (ALTIERI, 2004; CAPORAL; COSTABEBER, 2000; GLIESSMAN, 2005), que critica o paradigma reducionista da ciência moderna, assim como, um modo de vida onde são colocados em prática todos os valores que esta ciência advoga na teoria (GUZMÁN, 2001).

Entre seus princípios temos no âmbito ecológico a busca da recuperação e manutenção do equilíbrio ecológico dinâmico dos agroecossistemas, assim como, de sua resiliência, por meio da promoção e conservação da biodiversidade do sistema. Igualmente, preza-se pela utilização e maximização do uso de insumos endógenos à propriedade, prescindindo de insumos externos, como venenos e fertilizantes que contaminam os ambientes e intoxicam as pessoas (ALTIERI, 2004; GLIESSMAN, 2005; MACHADO, 2013).

No âmbito social e cultural, defende-se a valorização dos saberes locais, da participação dos/as agricultores/as no processo da construção e sistematização de saberes que colocados em práticas buscam a autonomia e autossuficiência destes sujeitos, permitindo que estes permaneçam no campo; dessa forma, gerando emprego, renda, qualidade de vida e superando a pobreza e as desigualdades sociais (GUZMÁN, 2001).

No âmbito político, trabalha junto com diversos movimentos sociais, pressionando governos para aplicarem políticas públicas mais justas que favoreçam o modelo agroecológico que propicia a justiça social em detrimento do agronegócio que gera a pobreza rural e urbana (CAPORAL, 2013).

No âmbito acadêmico, preza pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, buscando superar o reducionismo do paradigma científico da ciência moderna que fragmenta os conhecimentos e é incapaz de compreender a realidade em sua complexidade e propor soluções efetivas para os problemas que surgem; assim como, nessa nova forma de construir o conhecimento se dá especial atenção aos saberes populares, tradicionais dos diferentes povos que, por meio da experiência prática, desenvolveram diversas técnicas e modos de vida que trabalham com e não contra a natureza, assim como, apresentam relações sociais mais justas (BORSATTO; CARMO, 2012).

Todavia, as feministas vêm criticando a agroecologia por esta não atentar para as especificidades da realidade da mulher no campo: como a cultura patriarcal invisibiliza o trabalho feminino, assim como, o sobrecarrega, impedindo que as mulheres possam participar de atividades públicas, de capacitação ou atividades políticas (SILIPRANDI, 2007, 2009; PACHECO, 2002).

Da mesma forma, as políticas públicas e a assistência técnica continuam sendo androcêntricas voltadas, prioritariamente, aos homens (LISBOA; LUSA, 2010). Além disso, ocorre em larga escala a violência doméstica, tanto física como psicológica, contra as mulheres (SAFFIOTI, 2015). Tudo isso impede que as mulheres possam participar desse processo participativo da construção dos conhecimentos e se emancipar como indivíduo se libertando da dominação masculina.

Como resposta para essa lacuna na agroecologia temos os ecofeminismos que, em suas diferentes perspectivas, traz ferramentas teóricas para compreender a dominação feminina na sociedade e como esta está também associada à dominação da natureza (ROMERO, 1998; MIES, 1998; SHIVA, 1998; KING, 1997; WARREN, 1998). Nesse sentido, os ecofeminismos tecem diversas críticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico atual, assim como, ao paradigma científico predominante. Estas críticas são muito similares às que a agroecologia faz.

Todavia, os ecofeminismos acrescentam que: a mesma lógica que levou à dominação da natureza levou à dominação da mulher e se não trabalharmos para superar essa lógica da dominação não conseguiremos resultados efetivos para a promoção da justiça social e preservação ambiental. Além disso, são revelados os laços que historicamente foram criados entre mulheres e natureza que se, por um lado, foi o que serviu como justificativa para sua dominação pelos homens, por outro, foi o que permitiu às mulheres conservarem saberes e olhares mais ecológicos sobre o meio em que vivemos e, hoje, serem um importante elo entre o mundo da cultura/razão e da natureza/emoção (KULETZ, 1992; SHIVA, 1998; WARREN, 1998; KING, 1997).

Assim, buscamos trabalhar neste artigo a importância do diálogo entre a agroecologia e os ecofeminismos para o fortalecimento tanto da teoria como da prática para um desenvolvimento rural sustentável efetivo, que seja capaz de superar a lógica de dominação imposta no modelo de desenvolvimento atual.

## 2 OS ECOFEMINISMOS

O termo ecofeminismo foi cunhado pela primeira vez em 1974, por Françoise D'Eaubonne em seu livro *Feminismo ou Morte*. Segundo Romero (1998), nas décadas de 1970 e 1980 as feministas empreenderam uma nova atividade política, estimulada pelas preocupações ecológicas e pacifistas. Essa autora enfatiza que, a partir de então, passaram a ser formuladas tantas linhas ecofeministas quanto as linhas feministas já existentes, onde cada linha ressaltaria os aspectos que lhe parecessem mais importantes.

Todavia, é possível identificar pontos em comum em todas as correntes ecofeministas. Dentre eles:

[...] a necessidade de encarar a crise ecológica e o reconhecimento de que existe uma relação entre a dominação e a exploração das mulheres pelos homens e a dominação e exploração da natureza pelos humanos, advogando por uma integração dos princípios feministas e ecológicos. (ROMERO, 1998, p. 4).

A ecofeminista Ynestra King (1997) traz reflexões que serão adotadas por diversas ecofeministas, tais como, o fim do dualismo natureza-cultura, a adoção de uma epistemologia feminista que desenvolva um conhecimento que não seja meramente instrumental. Isto significa que é preciso reformular a ciência e a razão de forma não dualística. Segundo esta mesma autora, as mulheres teriam um papel fundamental como agentes históricos, pois seriam portadoras revolucionárias do potencial antidualista no mundo atual (ROMERO, 1998).

Para Holland-Cunz (KULLETZ, 1992), o ecofeminismo seria uma ferramenta teórica capaz de entender as estruturas internas dos problemas sociais e ecológicos enfrentados pelas sociedades ocidentais. Ele faz a reflexão sobre a interconexão da dominação da natureza e a dominação das mulheres. Segundo esta autora, seria possível perceber isso em diversas esferas: econômica (exploração das mulheres e natureza como recursos livres de custos), política, científica (tendências androcêntricas da ciência, que tem como foco dominar a natureza e a mulher), simbólica (mulher e natureza são definidas como secundárias, objetos subordinados ao poder e dominação dos homens).

A ecofeminista María Mies (1998) realiza a crítica do paradigma científico predominante, que gerou instrumentos para a dominação e opressão tanto de mulheres como da natureza. Ela faz referência a Carolyn Merchant que, em *A Morte da Natureza* (1983), relata como a mecânica e a física modernas estavam baseadas “na destruição e na subordinação da natureza”, que seria dissecada em seus elementos menores e depois recombina em novas máquinas que obedeceriam à vontade do homem.

Merchant recorre aos escritos de Bacon e revela que este pai da ciência moderna dizia que “a natureza deve ser forçada com a tortura para desvelar seus segredos, como uma má mulher que cuida de seus tesouros avarentamente para si”. Ele teria feito comparações aos métodos da inquisição aplicados às bruxas como forma de forçar a natureza a revelar seus segredos (MIES, 1998, p. 115).

Mies (1998, p. 156) ainda cita Evelyn Fox-Keller que desenvolveu “a história da ciência patriarcal a partir do simbolismo linguístico sexista dos pais da ciência natural”. Segundo Fox-Keller, a natureza era comparada a uma perigosa mulher que deveria ser dominada.

Outra ecofeminista, Karen Warren, evidencia a lógica da dominação dos homens brancos, não só sobre as mulheres, mas a dominação de classe, de raça, sobre a natureza etc. Todas as dominações estariam vinculadas a esta lógica. Warren revela que, simplesmente, diferenciar um ser de outro, como homem/planta ou homem/mulher e mesmo assumir que um é moralmente superior a outro, não leva a conclusão de que um deveria subjugar, dominar o outro. O que levaria a essa conclusão é um raciocínio baseado no que ela chama de lógica da dominação. Esse raciocínio constrói-se assim:

- A1. Os humanos têm, as plantas e as rochas não, a capacidade para mudar conscientemente e radicalmente a comunidade na qual vivem.
- A2. Qualquer um que possua a capacidade para mudar conscientemente e radicalmente a comunidade na qual vivem é moralmente superior a qualquer um que careça dessa capacidade.
- A3. Portanto, os humanos são moralmente superiores às plantas e às rochas.
- A4. Para qualquer X e Y, se X é moralmente superior a Y, então está moralmente justificado X subordinar Y.
- A5. Portanto, os humanos estão moralmente justificados para subordinar às plantas e às rochas (WARREN, 1998, p. 123).

Segundo Warren (1998), é a premissa A4 que define a lógica da dominação, pois as demais premissas levariam apenas a diferenciações. Segundo esta autora, é o ecofeminismo que evidencia essa lógica de dominação: ele deixa claro que as diferenças não implicam em dominação e subordinação. Sendo assim, o ecofeminismo sendo contra a lógica de dominação é contra a dominação não só de gênero, mas de todos os tipos de dominações existentes: raça, classe, etnias, da natureza etc.

A partir disso, Warren afirma uma ética com uma percepção afetiva que pressupõe e mantenha as diferenças. Uma ética contextualista: vê o discurso e a prática como emergindo das vozes das pessoas situadas em diferentes circunstâncias históricas. Não unidade, sim um padrão que emerge das diferentes vozes das pessoas situadas em diferentes circunstâncias. Uma ética que tenha valores como o cuidado, o amor, a amizade e a confiança (WARREN, 1998).

Já Vandana Shiva é conhecida como sendo uma ecofeminista espiritualista ou essencialista, pois, segundo ela, a natureza é simbolizada como a encarnação do princípio feminino e é nutrida pelo feminino para produzir vida e proporcionar sustento (SHIVA, 1998, p. 162). Todavia, ela afirma que, ontologicamente, não existe divisão entre homem e natureza, ou entre homem e mulher, porque a vida em todas as suas formas surge do princípio feminino.

Shiva (1998), realizando também a crítica à ciência e cultura modernas, afirma que se criou: o dualismo entre homem e natureza, sendo esta subjugada pelo homem; uma visão de mundo onde a natureza é inerte e passiva, uniforme e mecanicista, separável e fragmentada em si mesma. Essa dicotomização homem-natureza, homem-mulher gerou o que ela chama de “mau desenvolvimento: porque faz da colonização masculina o agente e o modelo de desenvolvimento. As mulheres do terceiro mundo e a natureza se convertem em subdesenvolvidos, primeiro por definição e logo, através do processo de colonização, em realidade” (SHIVA, 1998, p. 164).

Segundo Shiva (1998), para conhecer a natureza é preciso “participar”, agir junto a ela, com ela, e é justamente esse o modo de vida das mulheres no contexto da Índia rural. Historicamente, quando tais sociedades foram colonizadas e desfeitas, os homens começaram a participar nas atividades destrutivas da vida ou tiveram que emigrar; as mulheres, por outro lado, no geral, permanecem vinculadas à vida e à natureza mediante seu papel de provedoras de sustento, comida e água (SHIVA, 1998, p. 166).

A autora afirma que as mulheres do Terceiro Mundo, tribais, camponesas, são hoje os principais atores no processo de conservação e resgate do equilíbrio ecológico, exatamente, por terem sido excluídas do processo do “mau desenvolvimento” e, portanto, terem podido conservar esses saberes e práticas. “Aqueles que enfrentam a maior ameaça são os que oferecem a melhor promessa para a sobrevivência” (SHIVA, 1998, p. 170). Shiva explica que:

O princípio feminino não está exclusivamente incorporado nas mulheres, mas é o princípio da atividade e da criatividade na natureza, nas mulheres e nos homens. Não se pode realmente distinguir o feminino do masculino, a pessoa da natureza. Ainda que distintos, permanecem inseparáveis em uma unidade dialética, como dois aspectos de um ser. A recuperação do princípio feminino está associada com a não violência criativa, o poder criativo em forma pacífica (SHIVA, 1998, p. 176).

A partir de outra abordagem, a ecofeminista Holland-Cunz nos fala que a teoria ecofeminista aponta que os problemas atuais não são meramente problemas que serão resolvidos com o desenvolvimento de tecnologias novas que possam resolver problemas ambientais e sociais, mas que os problemas que sofremos hoje estão vinculados com a cultura patriarcal que generalizou a racionalidade instrumental e cindiu de vez o pensamento e a ação com os ciclos naturais, com o que seria verdadeiramente essencial à vida.

Perceber este aspecto de nossa cultura atual revela a extrema importância de dar voz e impulsionar a participação das mulheres na sociedade. Que estas possam contribuir com suas visões, sentimentos e experiências para um mundo mais justo e ecológico.

### 3 MULHERES E AGROECOLOGIA

Percebemos como esses discursos, de diferentes ecofeministas, de diferentes linhas, corroboram com diversos pontos do discurso agroecológico. Sendo assim, apresentamos, a seguir, algumas experiências empíricas que revelam a frutífera ponte entre o ecofeminismo e a agroecologia.

Em um artigo, Teresa Lisboa e Mailiz Lusa (2010), trazem experiências e pesquisas realizadas tanto no Brasil, como no México e em Cuba, com o intuito de identificar a importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a publicação financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Cuba “constatou-se que as mulheres demonstraram serem excelentes administradoras

dos recursos naturais, porém poucas participam ativamente dos processos de decisão em torno dos assuntos ambientais em âmbito local e regional” (LISBOA; LUSA, 2010, p. 875).

Em entrevista com a coordenadora de um programa para inovação agropecuária local em Cuba (PIAL),

[...] constatou-se que as mulheres reconhecem mais a utilidade das plantas medicinais e ornamentais, a diversidade de sementes e plantação de hortas caseiras, enquanto os homens possuem maior conhecimento a respeito dos recursos florestais e atividades florestais com fins comerciais, bem como em relação à plantação de alimentos em grande escala”. (LISBOA; LUSA, 2010, p. 875).

Esta pesquisa evidenciou o papel preponderante da mulher na gestão dos recursos naturais. Pois, culturalmente, a mulher é a responsável pela provisão de alimentos para a família.

Tanto no cultivo como na coleta de frutos, raízes, lenha, ervas e plantas medicinais, forragem para os animais, ramos e folhagens para o forro e a construção de suas casas, cuidado com a água, todas essas atividades requerem um aguçado conhecimento dos ecossistemas circundantes e das peculiaridades dos ciclos naturais. Além disso, elas contribuem para manter a diversificação e associação dos cultivos, semeadura, manejo integrado de pragas, conservação do solo, proteção e aproveitamento de plantas com fins nutricionais, medicinais, sanitários e econômicos. Através de seus conhecimentos contribuem como usuárias e como gestoras de todo um sistema de biodiversidade e agroecologia. (LISBOA; LUSA, 2010, p. 885).

Em outra pesquisa, realizada em Passo Fundo-RS, para compreender o papel da mulher na agroecologia por meio da observação da sua inserção nas feiras, constatou-se que “o espaço da produção diversificada e agroecológica é o local de domínio por excelência em termos de conhecimento das mulheres” (PASTORE, 2015, p. 6). A horta, o leite, as conservas, os embutidos, os pães e outros, são trabalhos geralmente executados pelas mulheres, onde elas detêm poder e controle. Nesse sentido, quando esses produtos passam a ser comercializados e a gerar renda monetária, a mulher tende a ser mais valorizada (PASTORE, 2015).

Já Siliprandi (2007) afirma que quem induz a mudança do modelo de agricultura convencional para o agroecológico, geralmente, são as mulheres. E isto porque são elas que possuem maior preocupação “com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (água potável, lenha etc.)” (SILIPRANDI, 2007, p. 847). Ladeira (2013) corrobora com essa afirmação se baseando nos dados do caderno do *II Encontro Nacional de Agroecologia*, que traz experiências de mulheres que realizaram a transição da propriedade agrícola para sistemas agroecológicos.

Em uma pesquisa realizada no Planalto Catarinense, avaliou-se que “as mulheres se demonstraram menos reservadas que os homens no que diz respeito a questões de saneamento básico e uso de agrotóxicos, demonstrando que a saúde e o bem estar da família devem estar acima do fator econômico” (MAFRA; FLORIANI, 2007, p. 1775).

Em outra interessante pesquisa, De Biase (2011), busca

[...] evidenciar as contribuições do enfoque feminino no processo de desenvolvimento de experiências agroecológicas: demonstrar como a inclusão da dimensão feminina nos projetos agroecológicos pode contribuir com a construção da autonomia e sustentabilidade nos territórios camponeses. (DE BIASE, 2011, p. 2).

Esta pesquisa solicitou que grupos de homens e de mulheres, separadamente, construíssem cartazes das atividades produtivas, calendários sazonais. Tanto a análise das formas como dos conteúdos evidenciou profundas diferenças. Os homens apresentaram uma racionalidade mais linear, de homogeneização e simplificação: o “estímulo à produção para o mercado, desvalorização do auto-consumo e a mercantilização das relações”; já as mulheres apresentaram uma maior complexidade e diversidade: “a interligação entre fenômenos naturais e sociais, orientação ao endógeno” (DE BIASE, 2011, p. 2).

As mulheres, no período das secas, identificaram tanto a baixa produção de leite, a irrigação da horta e a diminuição da renda, como os ventos, a ausência do marido, a doença das crianças e, conseqüente, a tristeza da esposa. As condições se invertem no período das chuvas. Encontram-se, dividido em duas partes: a condição da vaca (gorda ou magra); a diversidade de plantas cultivadas; a aparência das folhas das árvores... uma complexidade que parece contar história da vida. Os homens construíram cartazes limitados às atividades agropecuárias, relacionadas à comercialização. A partir de um esquema gráfico linear os homens também expuseram as vantagens da época das chuvas e desvantagens da seca. Neste caso, porém, as diferenças foram diretamente relacionadas a fatores produtivos e monetários: vantagens e desvantagens para venda, obtenção de financiamentos, disponibilidade de mão-de-obra, intensidade do trabalho, manejo da produção... uma formulação socioeconômica que parece dialogar com a dinâmica de mercado. (DE BIASE, 2011, p. 3).

Por fim, Burg e Lovato (2007) também reafirmam a tese, que essas diferentes pesquisas, realizadas em diversos estados brasileiros e países latino-americanos, de que:

[...] as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. (SEMA, 1997 apud BURG; LOVATO, 2007, p. 1523).

Em diversas pesquisas foi evidenciado que uns dos maiores obstáculos enfrentados pelas mulheres agricultoras são acesso aos meios de produção, às políticas públicas de crédito e assistência técnica (MOURÃO, 2007; ALENCAR *et al.*, 2011). Mafra e Floriani (2007) acrescentam: que as decisões são tomadas pelos homens, o difícil acesso às informações, falta de conhecimento sobre política, contratos e legislação ambiental, extrema dispersão social onde a ação individual sempre tem precedência aos coletivos.

Ladeira (2013) ressalta como o trabalho doméstico, apesar das mulheres estarem presentes em outros espaços da propriedade como horta, quintal e lavoura, é realizado só pela mulher.

Aos homens ficam as tarefas da lavoura, os trabalhos “mais pesados” e a administração dos recursos, ou seja, são eles que fazem o controle da comercialização, ficando responsáveis pela renda da propriedade. Geralmente é o homem quem decide o que vai ser plantado, de que maneira, quando e como será comercializado. (LADEIRA *et al.*, 2013, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Burg e Lovato (2007), falam da dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo que é “revelada nas fontes estatísticas oficiais, nas quais as mulheres não são cadastradas como agricultoras, tornando invisível o papel delas no desenvolvimento da agricultura familiar” (BURG; LOVATO, 2007, p. 1525). Isso contribui para a sobrecarga de trabalho das mulheres o que dificulta sua participação em processos de formação/capacitação, entre outros. Este mesmo problema é relatado por Maronhas e Schottz (2014). Além disso, apesar de contribuírem para a renda da família “dificilmente são consideradas em termos de igualdade de direitos no acesso à terra” (PAULILO, 2003, p. 67).

Dessa forma, a partir destes estudos empíricos, evidenciam-se as teorias trazidas pelos ecofeminismos: as mulheres do campo trazem ainda consigo olhares, saberes e práticas mais ecológicas, ancoradas no cuidado da família e da natureza. Elas ainda teriam preservado este “elo” entre seres humanos e natureza. Todavia, como estamos inseridos em uma sociedade na qual impera a lógica da dominação, a voz da mulher tende a ser silenciada. E este potencial que elas possuem, para a promoção do desenvolvimento sustentável, é bloqueado.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo das pesquisas já efetuadas sobre os temas ecofeminismos e mulheres e agroecologia, foi possível perceber a frutífera conexão dessas áreas com a discussão acerca da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável. Percebe-se a imensa importância do aprofundamento desses estudos para que as discussões sobre desenvolvimento rural sustentável se fortaleçam. As mulheres do campo e das florestas ainda conservam esses saberes e manejos mais ecológicos nos seus cultivos, cuidando de suas famílias e da natureza.

Todavia, devido à cultura patriarcal, que ainda reina em nossas sociedades, essas mulheres ainda são excluídas de diversos processos e suscetíveis a diversos tipos de violência. Para que as mulheres possam contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável, possibilitando o fortalecimento dele, é preciso que se leve em consideração a realidade na qual a mulher do campo está inserida: como as relações de gênero têm impedido a participação efetiva dessas mulheres? Com isso, passar a pensar em políticas públicas que levem em consideração todos estes elementos.

## REFERÊNCIAS

- ABRASCO. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Org.). Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- ALENCAR, M. C. F. *et al.* As relações mulher-terra na revista agriculturas: análise temática e léxica. **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Fortaleza-CE, 12 a 16/12/2011.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. Agroecologia e sua Epistemologia. **Interciência**, v. 37, n. 9, p. 711-716, set. 2012.
- BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.
- CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta-RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-33, 2000.
- CAPORAL, F. R. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. *In*: SAUER, S; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- DE BIASE, L.; SILVA JÚNIOR, R. D. Inclusão do protagonismo feminino na agroecologia: um olhar para as diferenças e complementaridades de gênero. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza-CE, 12 a 16/12/2011. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez. 2011.
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque histórico-estrutural. 3. ed. revista pelo autor. Paz e Terra, 2000.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUZMÁN, E. S. Bases sociológicas de la Agroecología. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Anais...**, Botucatu: UNESP, 2001.

GUZMÁN, E. S. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: AGRUCO, 2011.

KING, Y. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. *In*: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KULETZ, V. Entrevista a Barbara Holland-Cunz. **Revista Ecología Política**, Cadernos de debate internacional. V. 4. Barcelona: ICARIA, 1992.

LADEIRA, P. D. *et al.* Gênero e Agroecologia: resignificando o papel da mulher agricultora nos espaços públicos e privados. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 336, set.-dez. 2010.

MACHADO, L. C. P. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MAFRA, M. S. H.; FLORIANI, G. S. Gênero e desenvolvimento: reflexões metodológicas. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

MIES, M. Investigação feminista: ciência, violência e responsabilidade. 1998. p. 97-115. *In*: ROMERO, M. X. A. (Org.). **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

MOREIRA R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. *In*: **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero, 2002.

PASTORE, E. *et al.* O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecológica. **Gênero, Segurança Alimentar e Meio Ambiente**. ST 37. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc>.

br/7/artigos/P/Pastore-Polese-Pastore\_37.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

ROMERO, M. X. A. Introducción: feminismo y ecofeminismo. 1998. p. 1-21. *In*: ROMERO, M. X. A. (Org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

SHIVA, V. As mulheres na natureza. 1988. p.161-178. *In*: ROMERO, M. X. A. (Org.). **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

WARREN, K. J. O poder e a promessa de um feminismo ecológico. 1988, p. 117-146. *In*: ROMERO, M. X. A. (Org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do Século XXI. São Paulo: Garamond, 2006.

---

**Recebido em:** 29 de Abril de 2019

**Avaliado em:** 20 de Abril de 2020

**Aceito em:** 20 de Abril de 2020

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaqual CC BY-SA

---

1 Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon/PR; Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: regadelha@hotmail.com

